

Jacopo Gaetano Stefaneschi: um cardeal-historiador entre os séculos XIII e XIV

Jacopo Gaetano Stefaneschi: a cardinal-historian between 13th and 14th centuries

Igor Salomão Teixeira ^a

E-mail: teixeira.igor@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-6866-9654> 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

O tema deste artigo é a produção textual de Jacopo Gaetano Stefaneschi. A documentação consiste em dois textos: *De centesimo seu Iubileo anno liber* - sobre o primeiro Jubileu da Igreja, convocado por Bonifácio VIII, para 1300 - e o *Liber Cerimoniarum Curiae Romane* - texto que descreve cerimônias regidas por pontífices e que compreende o período em que Stefaneschi foi cardeal, de 1295 até sua morte em 1343. A hipótese que guia esta investigação é que analisar a produção de narrativas elaboradas por cardeais amplia a compreensão da história da corte pontifícia. A metodologia consiste em identificar, neste estudo de caso, expressões e referências que remetem a acontecimentos precisos e datáveis e, a partir disso, responder à questão: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais? Os conceitos centrais para análise são cerimonial, *familia cardinalis* e corte papal. As conclusões apontam para o aprofundamento e diversificação, a partir do método, das discussões sobre a escrita da história na Idade Média.

ABSTRACT

This article discusses the textual production of Jacopo Gaetano Stefaneschi. The documentation consists of two texts: *De centesimo seu Iubileo anno liber* - about the first Jubilee of the Church, requested by Pope Boniface VIII, for 1300; and *Liber Cerimoniarum Curiae Romane* - a text that describes ceremonies conducted by pontiffs and that encompasses the period during which Stefaneschi was a cardinal (from 1295 until his death in 1343). The hypothesis that guides this investigation is that the analyzes about the production of narratives elaborated by cardinals expands the understanding of the history of the pontifical court. The methodology consists in identifying expressions and references that point to precise and datable events and, from that, answer the question: does the writing of history in the middle ages offers different answers than those found in historiography about the performance of cardinals? The central concepts for analysis are ceremonial, *familia cardinalis* and papal court. The conclusions point to the deepening and diversification of discussions about the writing of history in the Middle Ages.

PALAVRAS-CHAVE

História Medieval; Escrita da História; Historiador

KEYWORDS

Medieval History; Writing History; Historian

Introdução

Jacopo Gaetano Stefansechi (ca.1270-1343) era filho de Pedro Stefaneschi, um senador romano, e Perna Orsini, membros de duas importantes famílias da elite romana, e sobrinho-neto de Nicolau III, papa entre 1277-1286. Ascendeu na carreira eclesiástica a partir do pontificado de Nicolau IV, entre 1288-1292, ao ser nomeado Subdiácono. Foi ordenado Cardeal por Bonifácio VIII em 1295. Esteve junto aos papas de Avignon, inclusive, participando dos conclaves que elegeram Clemente V, João XXII e Bento XII (HÖLS 1965; ROMANO 1844 e 1854). Sua produção textual é vasta e diversificada, o que inclui o *Opus Metricum*, espécie de hagiografia em verso sobre Celestino V, o *De centesimo seu Iubileo anno liber*, sobre o Jubileu da Igreja de 1300, o *Liber cerimoniarum Curiae Romanae*, no qual, aparentemente, descreve cerimônias nas quais os papas estavam presentes - de ordenação de cardeais a coroação de reis ou cerimônias de canonização. Também escreveu textos hagiográficos sobre São Jorge e sobre um milagre atribuído a Maria em Avignon.

Em relação às funções de um cardeal na administração papal naquele contexto, Pierre Jugie assim as caracterizou:

Consiste, antes de tudo, em assistir e ajudar o papa em sua função de dispensar benefícios eclesiásticos, em duas formas particulares, a coleta de benefícios e a recepção de renúncias. No que concerne à coleta de benefícios maiores (bispados ou abadias), não é preciso dizer que é o papa propriamente dito que nomeia, ou por delegação e não um cardeal, o novo titular, afirmando uma reserva geral ou especial. Entretanto, um membro do Sacro-Colégio pode interceder junto ao pontífice em favor de tal ou tal pessoa. (JUGIE 1986, v. 1, p. 114)

A partir desta citação, é possível identificar que atividades como escrever cerimoniais, textos hagiográficos ou registros sobre acontecimentos específicos não estavam necessariamente na linha de frente das atividades que deveriam

ser desempenhadas por um cardeal. Esse é um dos elementos que torna os textos escritos por Stefaneschi documentos interessantes e, também, coaduna com a argumentação de Bernard Guenée sobre a cultura histórica no Ocidente Medieval como uma atividade secundária (GUENEE 1980).

A partir dessas informações iniciais, podemos afirmar que a produção textual de Jacopo Gaetano Stefaneschi destoava daquela realizada por outros cardeais seus contemporâneos.¹ O que se pretende demonstrar são as especificidades dessa atuação, a partir de um estudo de caso nas obras desse cardeal, de modo a pensar como operacionalizou o registro de acontecimentos contemporâneos. Partimos da hipótese de que analisar a produção de narrativas elaboradas por cardeais amplia a compreensão da história da corte pontifícia. Perguntamos: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais?

Este artigo está dividido em 3 partes: na primeira apresentamos, em linhas gerais, os documentos analisados e como a historiografia tem trabalhado com os textos; na segunda, apresentamos uma discussão historiográfica sobre formas distintas de analisar a atuação dos cardeais entre os séculos XIII e XIV; na terceira, conclusiva, apontamos que os elementos selecionados em cada um dos documentos analisados fornecem recursos para o aprofundamento das discussões sobre a escrita da história na Idade Média.

O Jubileu e o Cerimonial Romano

Os textos selecionados foram produzidos simultaneamente, pelo menos, entre 1295-1330. Concordando com o que afirmam Léon-Honoré Labande (1893), Mario Fois (2000) e Amedeo De Vicentiis (2008), é possível afirmar que o cardeal Stefaneschi registrava acontecimentos muito próximo de quando teriam ocorrido. Selecionamos os seguintes excertos para as análises iniciais:

1 Pierre Jugie (1986, v. 2, p. 84) afirmou: "Gui de Boulogne est tout à fait représentatif de la culture des cardinaux de la papauté d'Avignon: conformiste par conviction et par intérêt, il participe au mouvement général sans avoir l'envergure d'un Stefaneschi."

Pretendemos realizar com este livro o nosso desejo de transmitir às gerações futuras tudo aquilo que aprendemos sobre o ano do centenário, o jubileu, seja como testemunhas oculares, seja auriculares, seja por referir as opiniões que escutamos, retendo o que a memória, por graça de Deus, não coletou, por serem inúteis à geração presente, mas, ao contrário, por serem necessárias à geração futura e que, ainda assim, constituem motivo de prazer tanto para uma quanto para outra. A decisão de escrever estas memórias foi causada pela divulgação da grande indulgência, embora, independentemente das várias opiniões, a confiança de ser capaz de evitar o esquecimento. [*Fruturorum aliquid mandare memorie de centesimo quem iubilium fore constat anno, in hiis, quorum quedam visu, quedam opinione didicimus, conceptum animo votum aggredimur. Rem siquidem, Deo auspice, et si notam presentibus non inutilem postris necessariam, utrisque oblectamenti causam. Nam et quo res vulgatio est eo libentius scribere gliscimus, dum paucos presentis evi in aliquid perventuros speramus, parvique refert grande minimunve fuerit quod gestum est dum utrumque delet oblvio*] (Ms. BAV, G3 fol. 3r-3v)².

Quando o rei Roberto foi coroado em Avignon, não tínhamos nada escrito que se referisse à coroação do rei Carlos II, então o fiz a partir de minhas memórias. [*Quando rex Robertus fuit coronatus Avionione, non habuimus hanc scripturam, que loquitur de coronatione regis Karoli secundi, sed aliqualem memoriam ego habebam.*] (Ms. 1706, fol.18r).

2 Todas as citações do Ms.1706 são fruto de transcrição nossa, com auxílio da edição Stefaneschi (1997, p. 198), e o mesmo vale para as traduções.

Há, pelo menos, quatro elementos a sublinhar nessas duas passagens: o desejo de transmitir os acontecimentos às gerações futuras; de registrar as memórias pessoais; de evitar o esquecimento; e de relatar o caráter solene e oficial das cerimônias registradas. Esses elementos também se distinguem ao considerarmos os textos nos quais estão inseridos. A citação mais extensa está no texto que tem como único foco um acontecimento: o primeiro jubileu da igreja, convocado por Bonifácio VIII para o ano de 1300. Este texto é composto por essa espécie de prólogo no qual o cardeal Stefaneschi explicita seus objetivos. A segunda citação, diferentemente, está inserida em um

conjunto variado de textos multiformes (em extensão, em conteúdo, em referências) reunidos sem a necessidade de uma sequência cronológica.

O primeiro excerto é o início do livro sobre o jubileu de 1300; o segundo, uma das rubricas sobre coroações de reis feitas pelos papas. No caso, especificamente, o cardeal trata tanto da coroação de Carlos II de Anjou (sobre a qual não havia nada escrito), ocorrida oficialmente em 1289, quanto da de seu filho, sucessor do trono do reino de Nápoles-Sicília, Roberto, dito o sábio, em 1309. Ao final desta mesma rubrica o cardeal informa também que o fez a partir da ordem do papa Clemente V (papa entre 1305-1314).³

Segundo Giovanna Ragionieri (1997, p. 217), o fato de o cardeal Stefaneschi ter escrito sobre o jubileu não significa necessariamente que ele tenha desempenhado um papel de protagonista naquele contexto, e sim, que tinha ligações próximas com o papa e que era interessado na liturgia. A análise realizada por Ragionieri não necessariamente destoa de reflexões anteriores, como as de Arsenio Frugoni, interessado em questões filológicas e sobre a fortuna manuscrita. (FRUGONI 1949; 1950) Claudio Leonardi, no prefácio da edição do texto – publicada em 2001, define esse testemunho como “singular” (LEONARDI 2001, p. VII).

3 Ms. 1706 fol. 18r:
"Unde facta fuit rubrica alia multum sollemnitis et ordinata, quam dominus papa Clemens dixit, quod fecit poni in libro".

Em relação ao *Liber cerimoniarum*, é importante explicitar a principal característica desse tipo de texto. Segundo Marck Dykmans, um cerimonial pode ser definido da seguinte forma:

um livro litúrgico que oferece as regras dos ofícios sem oferecer as orações. Estas eram [consideradas] as essenciais e apareciam sozinhas nos livros mais antigos. Pouco a pouco explicações foram adicionadas. São as rubricas. Foram elaboradas, então, obras especiais, as *ordines*, nas quais foram reunidas [as regras e as explicações]. (DYKMANS 1977, v.1, p. 7)

A partir desta citação, podemos considerar um cerimonial como um livro de orientações, com regras. Porém, como

escreveu Stefaneschi sobre a coroação dos reis da Sicília, é possível perceber que, ao menos para esse registro, memórias podiam ser a referência para as regras das cerimônias.

A historiografia sobre o cerimonial romano de Jacopo Stefaneschi é consideravelmente diversificada. É possível afirmar que os estudos podem ser classificados entre discussões filológicas e sobre a fortuna manuscrita e estudos sobre os ritos e cerimônias concernentes aos ofícios do papa no século XIV (EHRLE 1889, p. 565-602; LABANDE 1893, p. 45-47; HÖSL 1965; SCHIMMELPFENNIG 1973; DYKMANS 1981). Também é possível identificar um interesse específico, na historiografia do século XIX e do início do século XX: os autores estavam preocupados em “extrair” o “real valor histórico” do documento. Léon-Honoré Labande seguiu o mesmo tipo de abordagem de Franz Ehrle, na medida em que ambos consideraram o *Liber cerimoniarum* importante por causa do registro quase contemporâneo que o cardeal fez das cerimônias nas quais esteve presente. Labande transcreveu parte das rubricas sobre cerimônias de coroação dos reis da França e da Sicília, sobre as canonizações de Celestino V e Tomás de Canteloupe. Labande finalizou seu texto, afirmando que nessas transcrições está contido o valor histórico do documento.

A obra de Ignaz Hösl tem praticamente o mesmo objetivo do volume publicado por Denifle e Ehrle, a saber, apresentar algumas contribuições para o entendimento da história eclesiástica do século XIV. É centrada, no entanto, na atuação de Jacopo Stefaneschi. O livro é relativamente curto e dividido em sete capítulos (A família Stefaneschi e sua condição de nobreza; a formação escolar de Jacopo Stefaneschi; sua carreira eclesiástica na cúria romana e sua nomeação como cardeal; da sua atuação como cardeal até sua morte; sua atividade literária; suas aproximações com Giotto e, por fim, a *familia* e a relação com Dante). Desses capítulos, o mais extenso é o que trata da atividade literária, definida nos seguintes termos: vasta, duradoura e “pré-humanista” (HÖSL 1965, p. 31). Esse capítulo é dividido em cinco partes, cada uma

delas dedicada a uma obra atribuída ao cardeal Stefaneschi. Também é possível afirmar que, para Hösl, o interesse sobre o cerimonial recai nas “notas” sobre os acontecimentos entre 1289-1328. O autor, assim como Labande, destaca o uso de palavras como *hodie*, que remetem a redação ao momento da observação das cerimônias, com especial destaque, no texto de Hösl, para as cerimônias relacionadas aos próprios cardeais. O autor finaliza essa sessão, afirmando que as passagens mais importantes do Ms. 1706 são as editadas por Ehrle e Labande, mas que seria salutar que uma edição completa do manuscrito fosse publicada, de modo a oferecer novos materiais para o entendimento comparativo e mais amplo da história da corte papal⁴ (HÖSL 1965, p. 105).

As conclusões de Hösl ganharam eco nas décadas de 1970 e 1980 com os trabalhos de Bernhard Schimmelpfennig (1973) e Marc Dykmans (1981). As obras *Die Zeremonienbücher der Römischen Kurie Im Mittelalter*, do historiador alemão, e *Le cérémonial papal de la fin du Moyen Âge à la Renaissance*, do jesuíta, comportam tanto estudos introdutórios e analíticos quanto edições de textos, o que inclui, em ambos os casos, o *Liber cerimoniarum*, de modo geral, e reflexões sobre o Ms. 1706 Cecano, de modo específico. Uma das divergências em relação às duas obras está relacionada ao recorte temporal: o autor alemão inicia sua reflexão sobre a tradição dos livros cerimoniais a partir do século XII e estende as análises até o século XVI em um único volume. A obra de Dykmans, diferentemente, é composta por 04 volumes, assim divididos: 1) O cerimonial no século XIII; 2) O cerimonial de Jacopo Stefaneschi; 3) Os cerimoniais no contexto do Cisma do Ocidente; 4) O cerimonial após o retorno dos papas a Roma a partir do cerimonial de Pedro Ameil.

Para Schimmelpfennig, a mudança da corte papal para Avignon, além de provocar modificações não necessariamente abruptas na cidade, também teria provocado mudanças na reorganização dos cerimoniais (SCHIMMELPFENNIG, p. 38-39). O historiador alemão cita todas as referências bibliográficas

4 Outro texto que aborda a importância do Ms. 1706, mas que trata de assuntos relativos a algumas funções administrativas internas é MOLLAT (1927, p. 1-10).

consideradas anteriormente e reconhece a importância dos trabalhos de Labande e Ehrle. Sua preocupação é, então, oferecer, pela primeira vez, a edição completa do MS. 1706, precedida por uma descrição da ordem das rubricas, a fortuna manuscrita e as diferentes mãos que atuaram na composição do manuscrito. A edição do manuscrito é a primeira de um conjunto de quatro cerimoniais editados na mesma publicação. O Ms. 1706 é o segundo em termos de extensão de número de rubricas editadas (I-XLIII) sendo superado pela edição de um manuscrito da “época do papa Bento XIII” (LXXIX-CXXXVII) - esse cerimonial, classificado por Schimmelpfennig como “coleção C”, está inserido na parte da obra sobre os cerimoniais no período do Cisma e, portanto, refere-se ao período do antipapa Bento XIII, eleito em Avignon, 1395 (SCHIMMELPFENNIG 1973, p. 148-244).

O que diferencia substancialmente a obra de Schimmelpfennig do trabalho de Dykmans é a abordagem dada por ambos em relação ao autor e ao Ms.1706 (DYKMANS 1981, p. 25-252 e 253-507 – edição do cerimonial). O cardeal Jacopo Gaetano Stefaneschi, no primeiro caso, é citado como autor do cerimonial, mas nenhuma atenção é dada à sua carreira eclesiástica e/ou à sua *familia*. Diferentemente, Dykmans dedicou os três primeiros capítulos do segundo volume da série à questão biográfica do autor do *Liber cerimonialium*. No entanto, enquanto Schimmelpfennig propôs uma discussão aprofundada sobre a fortuna manuscrita do texto e uma edição específica para o Ms.1706, Dykmans propôs uma edição a partir de dez manuscritos diferentes, incluindo o Ms.1706. Sendo assim, a obra de Dykmans é importante na medida em que fornece elementos que ampliam a compreensão sobre a trajetória de Jacopo Gaetano Stefaneschi.

As duas obras são diferentes em relação à atribuição de autoria. Schimmelpfennig afirma que o Ms.1706 apenas oferece indícios para afirmar que se trata do cerimonial de Jacopo Gaetano Stefaneschi. Dykmans, no entanto, afirma

com precisão que o cardeal Stefaneschi é o autor do texto; faz tal afirmação, inclusive, criticando o historiador alemão.⁵

Considerando as pesquisas realizadas no final do século XIX, podemos perceber que os autores estavam preocupados em ler o texto identificando seus aspectos verificáveis, datáveis, pensando o documento como portador de uma “verdade”. As discussões filológicas e as propostas de edição das décadas de 1970-1980, diferentemente, estavam voltadas ao estabelecimento do texto.

Podemos afirmar que analisar dois documentos que foram produzidos para gerar memória e para descrever, caracterizar e orientar a realização de cerimônias da corte papal é observar um espectro amplo de elementos que compreende história das instituições e da formação intelectual dos integrantes da corte papal; o envolvimento dos ocupantes de posições elevadas no ordenamento da Igreja romana em disputas teológico-doutrinárias (como a atuação do cardeal Stefaneschi no contexto da consulta sobre a pobreza de Cristo realizada por João XXII em 1322) e defesa de posicionamentos em contextos mais amplos de crises institucionais (como a relação do cardeal Stefaneschi e a instalação dos pontífices em Avignon, principalmente a partir de 1309). Nesse espectro amplo, também está incluída a cultura escrita e a forma de se registrar acontecimentos e, porque não dizer, de se escrever a história.

5 "Nous entendons, en toute amitié pour Schimmelpfenig, mettre en valeur les fondements de l'opinion contraire." (DYKMANS 1981, p. 133).

De centesimo seu Iubileo anno liber

O códice não está em bom estado de conservação; particularmente, foi evidentemente cortado ao longo das margens e reduzido às dimensões atuais de 240 x 168 milímetros. O texto em prosa do *De centesimo* ocupa a maior parte do manuscrito (cc.3r-27v) [...] Em conclusão, pela decoração do *De centesimo* os resultados das análises paleográficas e da crítica estilística concorrem para evidenciar critérios análogos e arcaizantes: apenas o conteúdo do códice orienta a datação, com segurança, para depois de 1300. (RAGIONIERI 1997, p. 218 e 223)

Giovanna Ragionieri caracteriza o Ms. G3 da Biblioteca Apostólica Vaticana (BAV) com essas palavras. A autora aponta para elementos técnicos relacionados tanto às imagens contidas no códice quanto aos outros textos que o compõem. A partir da digitalização do manuscrito pela BAV interessa observar que o texto está bastante danificado pela ação não só do tempo.

Em relação ao conteúdo, a divisão é apresentada, além do prólogo citado anteriormente no qual o cardeal expõe os motivos pelos quais elaborou a obra, em dezesseis *caput* de assuntos variados: Os rumores que se espalhavam sobre a indulgência papal e sua relação com a peregrinação a Roma (quando ir, onde ir, quanto tempo de indulgência etc) (Ms. BAV, G3 fol. 4r-6r); consultas realizadas pelo papa aos cardeais sobre a questão do ano centenário (1300) e a elaboração da decretal e seu conteúdo (Ms. BAV, G3 fol. 6v-7v) e a repercussão da decretal. Claudio Leonardi (2001, p. IX-XI) afirma que os momentos principais na estrutura deste texto podem ser apresentados da seguinte forma:

Caput 1 – 3: Descrição da origem do jubileu

Caput 4 – 11: Repercussões da grande peregrinação à Roma

Caput 12 – 15: Capítulos dedicados ao pontificado romano e seus poderes.

No *caput 4*, sobre a repercussão da peregrinação, há uma inserção do autor na narrativa:

Nós mesmos nos colocamos, do mesmo modo, não por ostentação de grandeza, mas por transmitir um incitamento à posteridade. Residíamos em Trastevere perto da igreja da Mãe de Deus – onde se diz que no momento da Natividade do nosso Salvador brotou de uma fonte um grande jato de óleo sobre o Tibre – dita, depois, Taverna meritória (aqui é o lugar da nossa origem paterna) – e depois da promulgação da indulgência fomos em peregrinação por trinta dias consecutivos nas duas basílicas [Basília Vaticana e Basília Ostiense] sem deixar de frequentar o consistório em Latrão no mesmo dia. [Nobis vero magis quod ipsi egimus notum non ut magnum sed ut motivum posteris pandamus. Concessa quidem indulgentia cum Transtiverim iuxta ecclesiam

Dei genitricis unde in salvatoris nostri nativitate largo rivo olei fons versus Tiberim scaturisse peribetur, iam dudum Tabernam Meritoriam dictam, undeque nobis native ac paterne originis orsus moram traheremus, diebus triginta continuis principum utramque basilicam peregrinationis causa ingressi sumus, nec minus sepius prius eadem die Lateranum ad consistorium matutina luce properantes] (Ms. BAV, G3 fol. 8v-9r).

O trecho citado faz menção ao comportamento do cardeal Stefaneschi no contexto da repercussão da indulgência. Revela que procurou imitar cardeais mais velhos (*magna etate maturi patres utramque basilicam visitaverint*) e que não deixava de cumprir seus compromissos, como ir a Latrão, mesmo nos dias de peregrinação. Porém, fornece outros elementos, como, por exemplo “o lugar da origem paterna” e onde residia (“Trastevere, perto da Igreja da Mãe de Deus”). Mescla essas informações biográfico-topográficas com elementos de cunho hagiográfico (o grande jato de óleo sobre o rio Tibre quando da Natividade).

Há, também, em outras passagens, uma espécie de informações sobre o cotidiano em Roma devido ao grande fluxo de peregrinos (Hungria, Germânia, Provença... “poucos ingleses, por causa das guerras”): carestia de alimentos, organização de grupos a peregrinar dependendo da origem.⁶ O cardeal alerta seus leitores em relação aos aprendizados da experiência de 1300:

Tu, que estás lendo com atenção, caso tenhas compreendido os problemas logísticos da multidão, não duvides dos [problemas] de seu sustento. Reconsideres no futuro sempre o que aconteceu no jubileu e o quanto é necessário que te prepares. [Hec qui lectitas, multitudinem si capis, frugem non ambigas. Sic enim transacta inspexisse collibeat, ut accuratiores inventura preparemur] (Ms. BAV, G3 fol. 13v).

Esta passagem, localizada no *caput VIII*, marca também uma espécie de transição, pois, no mesmo título, o cardeal inicia o relato sobre os frutos positivos do jubileu em Roma

6 Ms. BAV, G3 fol. 11r: “Ceterum ne tempus terentes frustra invisimus, Apuli, Sardi, Corsique, torridam estatem nacti aliis autumpno, yemeque fecere locum.”

e para os cristãos. Um dos primeiros pontos considerados pelo autor foi a ajuda financeira aportada pelos peregrinos. Isso contribuiu para a melhoria do estado material das basílicas.⁷ Os principais pontos, no entanto, são os relacionados à reafirmação dos valores cristãos e da remissão dos pecados. E, para tanto, o cardeal, em diferentes momentos do texto, questiona se o papa poderia/deveria fazer esse tipo de concessão.

A partir desta breve apresentação, podemos afirmar que estamos diante de um texto que, embora trate de um único assunto – o jubileu de 1300 – fornece informações tanto sobre formas de registro quanto de concepções de texto, a mescla de elementos factuais com aspectos “excepcionais”. Retornaremos a esses elementos na última parte deste artigo.

Liber cerimoniarum Curiae Romanae

Segundo Dykmans (1981), a partir da edição de Schimmelpfennig – que numera as rubricas de I a XLIII – é possível identificar dez grupos de temas no *Liber cerimoniarum*:

1. A ascensão dos papas
 2. O cerimonial cardinalício
 3. A liturgia papal
 4. Usos da Cúria para sermões e consistórios
 5. Ordenação de um cardeal-diácono por um papa
 6. O concílio
 7. Consagração imperial e real
 8. Canonizações
 9. Complementos sobre a missa papal e os consistórios
 10. Cardeais e legados
- Anexo: Funerais de papas e cardeais.

O manuscrito que analisamos (Ms. 1706), diferentemente do *De centesimo*, não apresenta aquela espécie de prólogo. O texto é iniciado na rubrica sobre o “Domingo de Ramos” e

⁷ Ms. BAV, G3 fol. 15r-16r: “Et ne quicquam intactum oblivioni deseatur, temporalis basilicis emolumenti aliquid devotionis signum accrevit.”

informa, dentre outras coisas, o local em que devem ficar as pessoas e o que se deve fazer quando o Papa está presente na celebração.⁸

Destoa, no entanto, a forma como o Cardeal trata algumas informações. O texto da rubrica supracitada inicia com a expressão "*Hac die*" (neste dia/no dia). Trata-se de uma data do calendário litúrgico sobre a qual não é possível determinar o dia do mês em que acontece. Porém, isso não impedia o cardeal de precisar uma celebração específica. Fazemos referência a esse aspecto pois, para outras celebrações, há o dia da semana, do mês e o ano na qual aconteceram. No início deste artigo, citamos a rubrica sobre a coroação dos reis Carlos II e Roberto de Anjou. A rubrica inicia da seguinte forma:

Quando o senhor Carlos segundo, rei da Sicília, foi coroado pelo senhor Papa Nicolau IV em Riete no dia de pentecostes do ano do senhor 1289, segundo ano do pontificado do mesmo senhor papa Nicolau, foi observada tal ordem. [Quando dominus Karolus secundus, rex Sicile, fuit coronatur per dominum Nicolaum papam IV apud Reate in die pentecostes anno domini MCCLXXXVIII, pontificatus eiusdem domini Nicolai papae anno secundo, talis ordo extitit observatus] (Ms. 1706, fol. 17r)

Há, nesta passagem, ao menos dois elementos importantes: a precisão ou a intenção de registrar o dia correto em que tal coroação ocorreu e a nomeação de Carlos II como rei da Sicília em 1289. Sobre esse aspecto, devemos considerar que, na década de 1280, os angevinos, que governavam o "reino da Sicília" desde a batalha de Benevento (1266), haviam sido expulsos de Palermo no contexto das Vésperas Sicilianas e que Carlos, tornado Carlos II em 1289, estava em posse dos aragoneses e foi libertado após acordo que trocou três filhos com o pai, para que ele pudesse, dentre outras coisas, governar. Porém, desde então, os angevinos não exerceram nenhum tipo de governo sobre a Ilha da Sicília, e sim apenas sobre a parte continental do reino com a capital em Nápoles.⁹ Outras referências temporais também estão presentes quando

8 Ms. 1706, fol.1r: "Hac die, scilicet dominica in ramis palmarum, si papa celebrat, diaconus cardinalis dicturus passionem, habens planetam violacei coloris plicatam super humerum [sinistrum], ut in quadragesima fit, more consueto osculatur pedem pape..."

9 As *Vésperas Sicilianas* foram amplamente tratadas em crônicas do período. Destacamos a *Cronicon siculum*, na qual é possível acompanhar as tratativas, as cartas e acordos entre papas, angevinos, palermitanos e aragoneses entre 1280-1340.

da descrição das canonizações presenciadas pelo cardeal Stefaneschi, como no caso da canonização de Pedro Morrone – ou papa Celestino V – ocorrida em 1313.¹⁰

Acreditamos que, para melhor compreender a amplitude e profundidade desses elementos narrativos, é necessário contextualizar a atuação dos cardeais, principalmente no momento da mudança da Sé Apostólica para Avignon. Essa contextualização foi elaborada, principalmente, a partir de três estudos realizados entre os anos de 1960-1980. As obras de Bernard Guillemain, Agostino Paravicini Bagliani e Pierre Jugie também foram importantes para a elaboração da proposta aqui apresentada, a saber, pensar os mesmos sujeitos (Cardeais) e o mesmo objeto (a atuação desses sujeitos) a partir da produção escrita visando, no mínimo, ampliar a compreensão da história da corte pontifícia.

Historiografia sobre a atuação dos cardeais no século XIV

A trajetória de Jacopo Gaetano Stefaneschi pode ser enquadrada em dois termos que auxiliam a compreensão do período no qual os pontífices governaram a cristandade a partir do território avignonense. O primeiro termo é “corte papal” e o segundo é “familia cardinalis”. O estudo basilar para o entendimento da formação das carreiras eclesiásticas em Avignon é a obra *La cour pontificale d’Avignon (1309-1376)*, de Bernard Guillemain. O autor justifica o recorte cronológico a partir da chegada de Clemente V em Avignon, em março de 1309. Nessa cidade, o pontífice reuniu-se com os cardeais e seus oficiais enquanto esperava a abertura do concílio de Vienne (França). O ano final do recorte, 1376, por sua vez, coincide com o retorno de Gregório XI a Roma. O autor propõe a seguinte definição para “corte pontifícia”: “a sociedade que circunda o chefe da Igreja e o ajuda a preencher as funções de todo tipo de ordem a ele incumbidas” (GUILLEMAIN 1962, p. 38). Segundo Guillemain, essa corte era composta, sem necessariamente estar bem definida e profissionalizada,

10 Ms. 1706, fol.13v: "Anno domini MCC-CXIII die secunda Maii intrans Avinione dominus noster papa Clemens in consistorio publico, presentibus prelatibus et officialibus curie, qui die precedenti ad hanc diem vocati fuerant..."

pelo conselho do papa e pelos cardeais; os empregados dos serviços administrativos (Chancelaria, Penitenciária, Audiência das causas), que representavam o governo central da Igreja; capelães, camareiros e médicos, que conviviam de forma mais íntima e privada com o papa; as pessoas relacionadas à segurança; cozinheiros, padeiros etc. Cabe destacar ainda que, segundo o autor, os cardeais possuíam “eles mesmos uma pequena corte”. (GUILLEMAIN 1962, p. 39) Por causa dessa diversidade de funções identificáveis, mas não necessariamente de fácil distinção, o autor afirma que a palavra utilizada na documentação é *curialis*. O vocábulo, a partir de um documento de Bonifácio VIII,

aplica-se não apenas aos cardeais e aos oficiais da corte pontifícia, mas também a toda pessoa que está a serviço do papa e de seus subordinados e a quem quer que fosse que residisse nesta corte para tratar de negócios”. (GUILLEMAIN 1962, p. 39)

Além de uma característica bastante “clerical”, Guillemain aponta que esta comunidade doméstica próxima ao pontífice pode ser definida também como uma *familia* cujo primeiro traço é sua característica patriarcal (GUILLEMAIN 1962, p.40-42).

A preocupação em definir e caracterizar essa *familia* também foi tema da obra *Cardinali di curia e 'familiae' cardinalizie: dal 1227 al 1254*, de Agostino Bagliani, publicada na década seguinte. O autor define *familia cardinalis* como uma expressão recorrente na documentação para se referir ao

conjunto de todas aquelas pessoas que se encontravam a serviço de um cardeal, ligados ou residentes na Cúria, seja clérigo seja leigo, capelão ou servidores. O termo ‘família’ cobre, assim, uma vasta gama de funções, títulos e, além disso, várias atribuições... (BAGLIANI 1972, v. 2, p. 452)

É importante perceber que as obras, publicadas com um intervalo de dez anos, embora abarquem períodos distintos,

coincidem para a aplicação do vocábulo encontrado na documentação e que esses vocábulos (*curialis* e *familia*) apontam para uma diversidade de cargos, e que os cardeais ocupavam importante função – a ponto de fazerem parte da *corte papal* e possuírem eles mesmos uma corte própria, ou uma *familia*.

As obras de Guillemain e Bagliani também são importantes para o entendimento mais aprofundado sobre a relação entre cardeais e os papas na Idade Média. Guillemain propôs uma questão: partindo-se do princípio que o poder papal coloca o próprio papa em uma posição de centralidade, qual a influência exercida pelo pontífice na composição, comportamento e mentalidade de sua corte? Para responder à pergunta, o autor realizou dois caminhos: inicialmente analisou os defensores e críticos da teoria da infalibilidade do poder papal, a formação intelectual, a proximidade geográfica da origem dos pontífices e a relação que eles estabeleceram com esses lugares no que tange à concessão de privilégios e benefícios durante o período de Avignon. O segundo caminho foi a composição da *entourage* papal, com protagonismo dos cardeais. Segundo o autor:

Desde a segunda metade do século XII, a coesão e as prerrogativas do grupo dos cardeais mais próximos do chefe da Igreja romana não paravam de crescer... As funções mais importantes do Sacro-Colégio não estavam revestidas por uma característica coletiva? Era sua responsabilidade eleger o papa com maioria de dois terços dos membros presentes no conclave, segundo um cânone do terceiro concílio de Latrão, de 1179, excluindo-se qualquer participação exterior; a ele estava reconhecida a faculdade, desde que reunido em consistório, de dar sua opinião sobre todas as grandes questões que fossem colocadas; aos poucos, uma parte dos rendimentos da Igreja romana era atribuídas a ele...(GUILLEMAIN 1962, p.181)

A partir desta citação, é possível afirmar que, para Guillemain, os cardeais – principalmente quando reunidos em colegiado –, tinham poderes de extrema importância, os quais iam desde a escolha do pontífice à divisão, junto com o

supremo sacerdote, de receitas obtidas com diferentes tipos de encargos cobrados de estados vassallos, por exemplo. Essa síntese despertou no autor o interesse em analisar se, por exemplo, os privilégios que os pontífices distribuían às suas regiões de origem também se refletiam na composição do colégio cardinalício. A constatação é relevante porque, durante o governo de Bento XI (Nicolau Boccasini, 1240-1304, nascido em Treviso), o colégio cardinalício era composto por um total de 19 cardeais (15 italianos, 2 franceses, 1 inglês e 1 castelhano). Desses, 10 (09 italianos) iniciaram a função durante o pontificado de Bonifácio VIII (Bento Gaetano, *circa* 1230-1303, nascido em Anagni). No momento da eleição de Clemente V (Bertrand de Got, 1264-1314, nascido em Villandraut – na Gascônia) o colégio era composto por 15 cardeais, sendo 12 de origem na península itálica. No tempo da morte de Clemente V, em 1314, a composição desse colégio já tinha passado para uma maioria de membros de origem no reino da França (03 franceses do Norte e 23 franceses do Midi, dos quais 13 gascões). Do total de 134 cardeais nomeados pelos papas ditos de Avignon, 111 vieram do reino da França, e, além disso, 27 cardeais foram “fornecidos” por apenas 05 famílias, principalmente as famílias Got (Clemente V), Duèze (João XXII) e Roger (Clemente VI) (GUILLEMAIN 1962, p. 184-195). As análises de Guillemain revelaram que a composição da corte papal de Avignon gerou impactos populacionais e, conseqüentemente, na organização do espaço urbano. O autor, ao final, defendeu que o principal motivo pelo fluxo de pessoas e suas atividades foi a presença do papa (GUILLEMAIN 1962, p. 697-722).

A condução das análises a partir da centralidade do papa também marca a obra Bagliani. O autor afirma, na primeira página, que foi uma decisão papal que configurou a principal modificação da composição do colégio cardinalício. Em outras palavras, segundo o texto, Gregório IX (papa entre 1227 e 1241) e Inocência IV (papa entre 1243-1254) negavam cada vez mais os pedidos dos cardeais para ocuparem sedes de bispados, arcebispados ou patriarcados com a justificativa

de que os cardeais deviam permanecer na cúria (BAGLIANI 1972, p. 1). Entretanto, o autor realizou um caminho diverso do seu predecessor e escolheu aprofundar o estudo dos dados biográficos dos cardeais (nacionalidade, origem, parentesco, cultura, vida pré-cardinalícia, missões oficiais, políticas e religiosas) de modo que esses dados, posteriormente colocados em conjunto, fornecessem sínteses e estatísticas mais seguras (BAGLIANI 1972, p. 4). Em relação a essa obra, que não trata dos cardeais do século XIV, é importante ressaltar o destaque dado pelo autor à questão biográfica e à trajetória dos sujeitos, incluindo a fase anterior à função de cardeal. A obra é quase um catálogo prosopográfico no qual se encontram subitens biográficos de 18 cardeais que compunham o colégio no contexto da morte de Honório III (1227); sobre os 10 cardeais promovidos por Gregório IX; e sobre os 15 promovidos por Inocêncio IV. Além disso, ao elaborar um *status quaestionis* afirmou que a obra de Guillemain foi importante por ter jogado luzes sobre as características gerais das famílias cardinalícias (BAGLIANI 1972, p. 446).

Essas duas obras apontam para dois caminhos extensos, diversificados e complementares: a) uma abordagem ampla sobre as teorias que fundamentavam o poder papal no século XIV e a transformação geográfico-local-urbana ocorrida durante a permanência dos papas em Avignon; e b) uma abordagem prosopográfica.

Pierre Jugie talvez tenha realizado a operação historiográfica que alcançou certo êxito ao reunir as duas perspectivas na tese, ainda inédita, datada de 1986. O autor dividiu sua argumentação em uma parte biográfica da trajetória pré-cardinalícia de Gui de Boulogne à sua *familia*. Interessante perceber que Gui de Boulogne está inserido exatamente no contexto da “virada francesa” na composição do colégio cardinalício, conforme apontado por Guillemain. Gui de Boulogne ascendeu ao cardinalato em 1342, no pontificado de Clemente VI (Pedro Roger, um dos pontífices do período que tornou cardeais um número considerável de membros de sua

família sanguínea), aos vinte e seis anos de idade (JUGIE 1986, v. 1, p. 109-112). Ainda segundo Jugie, a *família* de Gui de Boulogne foi um de seus pontos mais fortes em sua trajetória (JUGIE 1986, v. 2, p. 93).

A produção de Pierre Jugie sobre a matéria é vasta e pode ser agrupada em temáticas que giram na órbita da formação intelectual dos cardeais (JUGIE 2003, p. 118-121; 2008, p. 171-193), na composição das *famílias* (JUGIE 1990, p. 41-59) e de seus arquivos (JUGIE 2005, p. 651-739; *idem* 1991, p. 157-180) e manifestações específicas desses cardeais – com especial atenção a Gui de Boulogne – em relação a temas e processos nos quais estiveram diretamente envolvidos, principalmente a partir de missões em nome dos pontífices. Em relação à primeira temática – e que, como o autor afirmou, não era um Stefaneschi – é importante considerar que as informações sobre a formação cultural dos cardeais promovidos antes de 1342 é mais escassa do que para o período entre 1342-1378.

No geral, a formação dos cardeais consistia, principalmente considerando os doutores, em direito civil, canônico e em teologia (esses em menor número) (JUGIE 2008, p. 178-187). Jugie, ao questionar se os cardeais de Avignon eram homens letrados, respondeu que, no geral, sim. (JUGIE 2008, p. 193) Porém, além da formação escolar, cursos seguidos desde a iniciação em artes às licenças e doutorados, o autor alertou para a necessidade de se analisar a atuação dos cardeais e que tipo de “uso” fizeram de seus conhecimentos adquiridos em bancos escolares/universitários ou com preceptores.¹¹

Em relação à corte papal de Avignon e à composição do colégio cardinalício, Sylvain Piron apresentou uma reflexão que destoa relativamente da argumentação de Pierre Jugie sobre a importância dos juristas de formação que atuaram junto aos papas de Avignon. Segundo Piron, a partir do pontificado de João XXII (Jacques Duèse, jurista de formação, cardeal a partir de 1313, papa entre 1316-1334), houve um *tournant* teológico na composição das comissões convocadas pelo papa para que se pronunciassem sobre temas os mais variados (casamento,

11 Um dos elementos que podem levar, por exemplo, à relativização do uso do termo pode ser considerado na própria atividade pastoral de Gui de Boulogne, da qual se conhece ao menos dois sermões. (JUGIE 1986, v. 2, p. 88-92).

magia, pobreza, condenações etc). Essas comissões – formadas por *experts* e “mais amplas que o conselho dos cardeais canonicamente requisitados” – auxiliaram o papa nas “decisões teológicas mais importantes” (PIRON 2012, p. 357-391). A partir do levantamento realizado por esse historiador, pode-se constatar que Jacopo Gaetano Stefaneschi atuou apenas na primeira consulta. O tema da consulta foi a pobreza. Foi realizada em 1322 (consulta apontada por Piron como a única na qual predominam os cardeais – 14 respostas; o que não corresponde à totalidade do colégio cardinalício do período) (PIRON 2012, p.364-373).¹² Embora aponte para o protagonismo progressivo dos teólogos em relação aos juristas no contexto do pontificado de João XXII, Piron converge para um dos argumentos de Pierre Jugie na medida em que ambos afirmam que a presença/residência dos papas em Avignon, principalmente a partir de João XXII, provocou profundas transformações em relação à organização do espaço, atração de pessoas interessadas em obter formação intelectual próxima à corte pontifícia, o que também passou a configurar, em relação à formação cultural dos cardeais, em certo protagonismo da Universidade de Avignon.

Essa revisão bibliográfica aponta elementos importantes que sustentam a justificativa sobre a importância da presente proposta: ao tratar da ocupação e composição de um alto posto na hierarquia da Igreja romana – o cardeal e o colégio cardinalício – a historiografia deixa evidente a existência de pontos de convergência e de divergência. Em relação aos aspectos convergentes, a crescente organização e burocratização das funções administrativas e jurídicas na corte papal, o que conferiu acréscimo de poderes aos cardeais; converge também para a composição da *família* cardinalícia a partir da existência de vínculos prévios seja com o local de origem dos papas seja com as suas relações de parentesco; converge, ainda, para a importância de se compreender a trajetória dos cardeais. Em relação às divergências, podemos situá-las em dois campos: um metodológico e outro de argumentação. A divergência metodológica, na verdade, aponta a diversidade de caminhos

12 Sobre as consultas, ver Boureau (2004). A participação de Stefaneschi: VAT LAT 3740 fl. 111 v. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3740. Acesso em: 20 jun. 2018. Edição: Tocco (1910, p. 172-173). Sobre a família sob João XXII: Theis (2012).

que podem ser empregados nas análises, como a prosopografia e a história intelectual. A divergência de argumentação pode ser percebida entre o que defende Jugie sobre a predominância dos juristas e o que defende Piron sobre o crescente protagonismo dos teólogos.¹³ Embora a questão, neste ponto, esteja restrita ao colégio cardinalício no primeiro caso e ampliada para as comissões de consulta do papa no segundo, é de se questionar, por exemplo, se a partir do pontificado de João XXII o colégio cardinalício pode ter perdido espaço nas tomadas de decisão e que, inclusive, pode ter gerado a crise de 1378, conhecida, grosso modo, como cisma do Ocidente. (FERNANDES 2011, p. 69-87; GENEQUAND 2014, p. 249-279) Este levantamento também revelou, considerando as argumentações de Pierre Jugie, que entre os cardeais existiam formações intelectuais diversas (uns mais outros menos envolvidos com a prática universitária ou literária, por exemplo) a ponto de o autor considerar sua personagem privilegiada de análise, Gui de Boulogne, um homem que não pode ser comparado a um Jacopo Gaetano Stefaneschi.

13 É importante ressaltar que esta perspectiva está diretamente relacionada com o que se pode encontrar na obra de ROBIGLIO (2008).

A escrita da história entre os séculos XIII e XIV

Dado que a historiografia analisada anteriormente aponta uma diversidade de métodos de análise, podemos afirmar que apresentamos uma proposta distinta. Pensar a atuação do cardeal Stefaneschi a partir de sua produção escrita amplia o campo de observação. Além disso, como aponta o título deste artigo, pensamos no cardeal a partir da sua trajetória como “historiador”. Mas o que viria a ser e como identificar o fazer historiográfico na Idade Média?

Esta pergunta vem sendo feita pelo menos desde o lançamento do livro de Bernard Guenée sobre a cultura histórica no Ocidente medieval (GUENEE 1980). De lá para cá, os métodos de análise têm se diversificado e os mais diferentes tipos de textos, autores, regiões e períodos – inseridos no recorte do século V ao XV – foram estudados visando responder a uma questão de fundo: localizar um saber historiográfico no

período classicamente conhecido como medieval é fornecer mais elementos para, ainda, combater o preconceito sobre a Idade Média (CHEN e SCHABERG 2013; ALMEIDA 2010, p. 76-108). Acreditamos que a relação idade média-trevas, a partir da temática da escrita da história, já está suficientemente bem respondida, portanto, não voltaremos a ela.

Interessa em que termos a historiografia tem encontrado a atividade de historiador nos textos do período medieval. A primeira constatação é uma certa diversidade de funções sociais: princesa (Anna Comneno); monges (Raul Glaber, Richer de Reims); frades pregadores (Bernardo Gui); “historiógrafos” chineses. (CHEN 2010, p. 1071-1091) A segunda constatação é que essa mesma diversidade se verifica nas frentes de atuação dos autores desses textos. Nenhum se dedicava exclusivamente à função da escrita da história. Talvez, por perdurar certa concepção de que a história é um tipo de conhecimento mais simples, por tratar apenas do que aconteceu, como é possível ler na *Suma Teológica*, de Tomás de Aquino (TOMÁS DE AQUINO 2001).

No geral, o primeiro item observável é o prólogo. Nas linhas iniciais dos textos – assim como revela o Stefaneschi no *De centesimo* – estão expostos os objetivos e os critérios para a seleção e encadeamento das informações na narrativa: não esquecimento, exemplo para gerações futuras, feitos dignos de memória. Percebemos que são textos dotados de concepções de passado e presente. Néri Almeida chega a afirmar que Raul Glaber é um historiador do tempo presente (ALMEIDA 2010, p. 98) e Marcella Guimarães conclui que os autores (“todos homens” – considerando os documentos analisados pela autora) eram conhecedores de tradições escritas anteriores (GUIMARÃES 2015, p. 76-89). As duas historiadoras também enfatizam que boa parte dos registros são sobre conflitos, guerras. Não estamos diante desses casos, não nos textos do Stefaneschi. Porém, estamos diante de acontecimentos precisos e datáveis (O Jubileu de 1300 e as peregrinações a Roma; coroações de reis, canonizações, entronização de papas).

De centesimo e o *Liber cerimoniarum* são distintos em conteúdo. A primeira diferença é a inexistência de prólogo no livro das cerimônias. Não há, no Ms. 1706, uma justificativa do porquê para a produção do texto. O primeiro texto é dedicado exclusivamente a um movimento do pontífice e as consequências observáveis a partir desse movimento. O segundo fornece rubricas independentes e diversificadas. Na diversidade temática das cerimônias pontifícias, algumas foram diretamente relacionadas a personagens e acontecimentos na e/ou da Península Itálica. Por exemplo: ao tratar da coroação dos reis da Sicília, Stefaneschi privilegiou o relato sobre a coroação de Carlos II em Rieti, e não sobre a coroação de Roberto, na França; relatou as canonizações de dois “santos napolitanos”, a saber, Luís de Anjou e Tomás de Aquino (TEIXEIRA 2019).

Os textos também se diferenciam em relação à maior inserção do autor na narrativa: Stefaneschi chega a informar a parte da cidade de Roma na qual teve origem seu lado paterno e a parte em que vivia; além disso, informa sobre seus hábitos durante o período da indulgência. O mesmo não se verifica no *Liber cerimoniarum*. Embora tenha relatado rituais nos quais tinha lugar privilegiado de observação, não necessariamente sabemos, por este texto, quantas vezes o cardeal foi às reuniões de cardeais entre uma cerimônia e outra. Parte disso também decorre da divergência de registros no interior do mesmo texto: para uns, temos detalhes do dia, mês, ano do pontificado; para outros, apenas o dia no calendário litúrgico, como revela a rubrica do domingo de ramos.

Primeiras conclusões

O projeto no qual essas reflexões estão sendo desenvolvidas produz, neste artigo, seus primeiros resultados. Por isso o subtítulo adotado para encerrar o texto. A partir dos elementos apresentados respondemos à pergunta motivadora desta análise: Pensar a escrita da história na idade média oferece respostas diferentes das encontradas na historiografia sobre a atuação dos cardeais? As análises permitem afirmar que sim.

Dar a conhecer os acontecimentos do jubileu de 1300 restritos à cidade de Roma aproximou narrador e objeto da narrativa. Registrar cerimônias não provocou o mesmo movimento em direção ao cotidiano da corte papal nem da *familia* cardinalícia.

Esses elementos permitem afirmar, a partir do estudo de caso apresentado, que a escrita da história é um objeto difuso na produção escrita na idade média. Daí a necessidade de se atentar a diferentes tipos de textos, com diferentes formatos e conteúdos. Também é importante frisar que a historiografia que se dedica, desde o século XIX, a pensar a produção do cardeal Stefaneschi, em geral, e o cerimonial romano, em específico, é marcada por diferentes procedimentos metodológicos. Os primeiros estudiosos viram valor principalmente nos elementos datáveis. Os estudos da segunda metade do século XX ampliaram a compreensão ao pensar a inserção dos indivíduos (cardeais) em um grupo (*familia*). Porém, essas abordagens não necessariamente usavam a escrita da história na idade média nem como objeto de pesquisa, nem como horizonte metodológico. É possível afirmar que a proposta apresentada neste artigo tem potencial para ampliar a compreensão da história da corte pontifícia. Essas conclusões, somadas às informações biográficas e sobre a composição do colégio cardinalício na virada do século XIII para o XIV, permitem avançar a pesquisa. Podemos apontar uma outra hipótese que aprofundará as análises a serem desenvolvidas: a Península Itálica está privilegiada por ser o Stefaneschi um dos poucos cardeais italianos e um dos mais antigos do colégio cardinalício no papado de Avignon?

REFERÊNCIAS, MANUSCRITOS E DOCUMENTOS UTILIZADOS

MANUSCRITOS

Ms. BAV. Arch. Cap. S. Pietro, fol.3r-27v G3, Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Arch.Cap.S.Pietro.G.3. Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. VAT. LAT 3740. fl.111v. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.3740. Acesso em: 20 jun. 2018.

Ms. VAT. LAT 4877. fl.51r-63v. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.4877. Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. VAT. LAT 4932. 80fl. Disponível em: https://digi.vatlib.it/view/MSS_Vat.lat.4932. C Acesso em: 20 out. de 2019.

Ms. 1706, 50fl. Biblioteca Cecano – Avignon.

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *Opus Metricum*. Apud: **Acta Sanctorum**, vol.17. Maio, 4a parte, dias 17-19. Paris/Roma: Victorem Palmé, 1866, p. 437-442).

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *De centesimo seu iubileo anno liber*. Apud: Sac. D. QUATTROCHI. "L'anno santo del 1300". **Bessarione: pubblicazione periodica di studi orientali**. Roma, Anno IV, vol.7, 1899-1900. p. 299-317.

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. *De centesimo seu iubilaeo anno liber*. Apud: FOSSI, G. (Dir). **La Storia dei Giubilei**. Vol.1 (1300-1423). Prato: BNL – Edizioni; Giunti Gruppo Editoriale, 1997. p. 191-215.

JACOBI CARDINALIS S. GEORGII ad VELUM-AUREUM. **De centesimo seu iubilaeo anno liber**. Org. Claudio Leonardi. Texto crítico Paul Gehardt Schmidt. Tradução e notas de Antonio Placanica. Florença: SISMEL-GALLUZZO, 2001.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Loyola, 2001, vol.1.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. de B. “Raul Glaber: um historiador na Idade Média (980/985-1047)”. **Signum**, v. 11, n. 2, p. 76-108, 2010. DOI: 10.21572/2177-7306.2011.V11.N2.05. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/23/22>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BAGLIANI, A. P. **Cardinali di curia e ‘familiae’ cardinalizie**: dal 1227 al 1254. Pádua: Antenore, 1972. 2 v.

BOUREAU, A. **Le pape et les sorciers**. Une consultation de Jean XXII sur la magie en 1320 (manuscrit BAV Borghese 348). Roma: EFR, 2004.

CHEN, J. W. “Blank Spaces and Secret Histories: Questions of Historiographic Epistemology in Medieval China”. **The Journal of Asian Studies**, v. 69, n. 4, p. 1071-1091, 2010.

CHEN, J. W. e SCHABERG, D. (Orgs). **Idle Talk**: Gossip and Anecdote in Traditional China. Berkeley: GAIA Books, 2013.

DE VICENTIIS, A. "Scrivere contro la storia: Il cardinale Iacopo Stefaneschi (1260ca.-1341) e i suoi opuscoli metrici". In: ANDALORO, M.; MADDALO, S. e MIGLIO, M. (orgs). **Frammenti di Memoria: Giotto, Roma e Bonifacio VIII**. Roma: ISIME, 2008. p. 7-15.

DYKMANS, M. "Les palais cardinalices d'Avignon". **Mélanges de l'École française de Rome: Moyen-Age, Temps modernes**. Tomo 83, n. 2, 1971, p. 389-438.

DYKMANS, M. **Le Cérémonial papal: de la fin du Moyen Âge à la Renaissance: Le cérémonial papal du XIIIe siècle**. Bruxelles/Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1977. v. 1.

DYKMANS, M. **Le Cérémonial papal: de la fin du Moyen Âge à la Renaissance: De Rome en Avignon ou le cérémonial de Jacques Stefaneschi**. Bruxelles/Roma: Institut Historique Belge de Rome, 1981. 3 v.

EHRLE, F. "Zur Geschichte des päpstlichen Hofceremoniells im 14. Jahrhundert". In: DENIFLE, P. H. e EHRLE, F. (Orgs). **Archiv für Literatur - und Kirchen - Geschichte des Mittelalters**. Fünfter Band. Freiburg Im Breisgau: Herder'sche Verlagshandlung, 1889. p. 565-602.

FERNANDES, F. R. "Nem Roma, nem Avinhão, mas Pisa". In: SOUZA, J. A. de C. R. de (Org). **As relações de Poder: Do Cisma do Ocidente a Nicolau de Cusa**. Porto Alegre: EST, 2011. p. 69-87.

FOIS, M. "Il giubileo del 1300". **Archivum Historiae Pontificiae**. v. 38, p. 23-40, 2000.

FRUGONI, A. « Riprendendo il De centesimo seu Iubileo anno liber del Cardinale Stefaneschi ». **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano**, v. 61, p. 163-172, 1949.

FRUGONI, A. *II* « Libro del Giubileo » del cardinale Stefaneschi. **Bulletino dell'Istituto storico italiano per il Medio Evo**, v. 62, p. 01-121, 1950. Reimpresso em: **II Giubileo di Bonifacio VIII**. Anagni: Istituto di Storia e di Arte del Lazio Meridionale, 1996.

GAETANO MORONI ROMANO. **Dizionario di Erudizione Storico-Ecclesiastica**: Da S. Pietro sino ai nostri giorni. Vol. XXVIII (FR-GE). Veneza: Tipografia Emiliana, 1844, p. 92-110; Vol. LXIX (SPO-STE), 1854, p. 294-295.

GENEQUAND, Ph. "Des ombres aux chapeaux rouges. Pour une nouvelle histoire des cardinaux à la fin du Moyen Âge". *In*: BARRALIS, Ch.; BOUDET, J-P.; DELIVRÉ, F.; GENET, J-Ph. (Orgs.). **Église et État, Église ou État?** Les clercs et la genèse de l'État moderne. Roma/Paris: École Française de Rome/Publications de la Sorbonne, 2014. p. 249-279.

GUENEE, B. **Histoire et Culture historique dans l'Occident Médiéval**. Paris: Aubier Montaigne, 1980.

GUILLEMAIN, B. **La cour pontificale d'Avignon (1309-1376)**: étude d'une société. Paris: Broccard, 1962.

GUIMARÃES, M. L. "As intenções da escrita da história no outono da Idade Média". *In*: TEIXEIRA, I. S.; BASSI, R. (orgs.). **A escrita da história na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 76-89.

HÖSL, I. **Kardinal Jacobus Gaietani Stefaneschi**: Ein Beitrag zur Literatur - und Kirchengeschichte des beginnenden vierzehnten Jahrhunderts. Vaduz: Kraus Reprint, 1965.

JUGIE, P. "Avant ou hors de l'université : remarques sur la formation intellectuelle initiale des cardinaux de la papauté d'Avignon". *In*: BENÉZET, B. (Org). **L'université d'Avignon**. Naissance et renaissance, 1303-2003. Arles: Actes Sud, 2003. p. 118-121.

JUGIE, P. "Cardinaux et chancelleries pendant la papauté d'Avignon. Une voie royale vers les honneurs?". In: JAMME, A; PONCET, O. (orgs.). **Offices et papauté (XIV^e - XVII^e siècle)**. Charges, hommes, destins. Roma: EFR, 2005, p. 651-739.

JUGIE, P. "Les cardinaux de la papauté d'Avignon, des lettrés?" In: GILLI, P. (coord). **Les élites lettrées au Moyen Âge**. Modèles et circulation des savoirs en Méditerranée occidentale (XII^e- XV^e siècles). Actes du séminaire du CHREMMO. Montpellier: PUM, 2008. p. 171-193

JUGIE, P. "Les cardinaux issus de l'administration royale française: typologie des carrières antérieures à l'accession au cardinalat (1305-1378)". In: **Crises et réformes dans l'Église de la réforme grégorienne à la préréforme**. Actes du 115^{ème} Congrès national des sociétés savantes (Avignon, 1990). Section d'Histoire médiévale et de Philologie, Paris: CTHS, 1991, p. 157-180.

JUGIE, P. "Les familiae cardinalices et leur organisation interne au temps de la papauté d'Avignon. Esquisse d'un bilan". In: **Aux origines de l'État moderne**. Le fonctionnement administratif de la papauté d'Avignon. Anais, Avignon (23-24 janeiro/1988). Roma: École Française de Rome, 1990. p. 41-59. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/efr_0000-0000_1990_act_138_1_3923. Acesso em: 23 jul. 2020.

JUGIE, P. **Le Cardinal Gui de Boulogne (1316-1373)**: Biographie et étude d'une familia cardinalice. Tese (Arquivista-Paleógrafo). Paris: École National des Chartes, 1986. 3 v. (Material Inédito, Datilografado).

LABANDE, L-H. "Le cérémonial romain de Jacques Cajétan. Les données historiques qu'il renferme". **Bibliothèque de l'école des chartes**. t. 54, 1893. p. 45-74. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1893_num_54_1_447729. Acesso em: 20 jun. 2018.

LEONARDI, C. "Introduzione – Prolegomena". In: STEFANESCHI, I. **De Centesimo seu iubilaeo anno**. Florença: SISMEL – Galluzo, 2001. p. VII-XIII.

MOLLAT, G. "Miscellanea Avenionensia". **Mélanges d'archéologie et histoire**, t. 44, 1927. p. 01-10. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/mefr_0223-4874_1927_num_44_1_8549. Acesso em: 20 jun. 2018.

NOLD, P. **Pope John XXII and his Franciscan Cardinal: Bertrand de la Tour and the Apostolic Poverty Controversy**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

PIRON, S. "Avignon sous Jean XXII, l'Eldorado des théologiens." **Cahiers de Fanjeaux, Jean XXII et le Midi**. n. 45, 2012. p. 357-391.

RAGIONIERI, G. "Jacopo Stefaneschi e il *De Centesimo*: Um Cardinale testimone del primo giubileo". In: FOSSI, G. (Dir). **La Storia dei Giubilei**. Vol.1 (1300-1423). Prato: BNL – Edizioni; Giunti Gruppo Editoriale, 1997. p.216-223.

ROBIGLIO, A. A. **La sopravvivenza e la gloria**: Appunti sulla formazione della prima scuola tomista (sec. XIV). Bolonha: ESD, 2008;

SCHIMMELPFENNIG, B. **Die Zeremonienbücher der Römischen Kurie im Mittelalter**. Tübingen: Max Niemeyer, 1973.

THEIS, V. "De Jacques Duèse à Jean XXII: la construction d'un entourage pontifical". **Cahiers de Fanjeaux, Jean XXII et le Midi**. n. 45, 2012. p. 103-130.

TEIXEIRA, Igor S. Duas canonizações napolitanas? Tomás de Aquino e Luís de Anjou (1308-1323). **Tempo**, v. 25, n. 1, p. 88-109, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042019000100088&lng=en&nrm=iso. Acesso em: out. 2019.

TOCCO, F. **La quistione della povertà nel secolo XIV secondo nuovo documenti.** Nápoles: Francesco Perrella, 1910.

NOTA SOBRE O AUTOR

Igor Salomão Teixeira

teixeira.igor@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professor Adjunto de História Medieval
Porto Alegre
Rio Grande do Sul
Brasil

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Igor Salomão Teixeira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Departamento de História.
Av. Bento Gonçalves, 9500
Agronomia
91501970
Porto Alegre, RS - Brasil
Caixa-postal: 15055

FINANCIAMENTO

Bolsista de produtividade/CNPq.

Este artigo apresenta os primeiros resultados do projeto "O cerimonial romano de Jacopo Gaetano Stefaneschi (ms. 1706 Ceccano): política e cultura histórica na corte papal de Avignon (1294-1352)" financiado com bolsa de produtividade pelo CNPq.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

*Copyright (c)
2020 História da
Historiografia:
International Journal
of Theory and History
of Historiography.
Este é um artigo
distribuído em Acesso
Aberto sob os termos
da Licença Creative
Commons Atribuição-
Não Comercial-
Sem Derivações 4.0
International.*



RECEBIDO EM: 31/OUT./2019 | APROVADO EM: 13/ABR./2020